

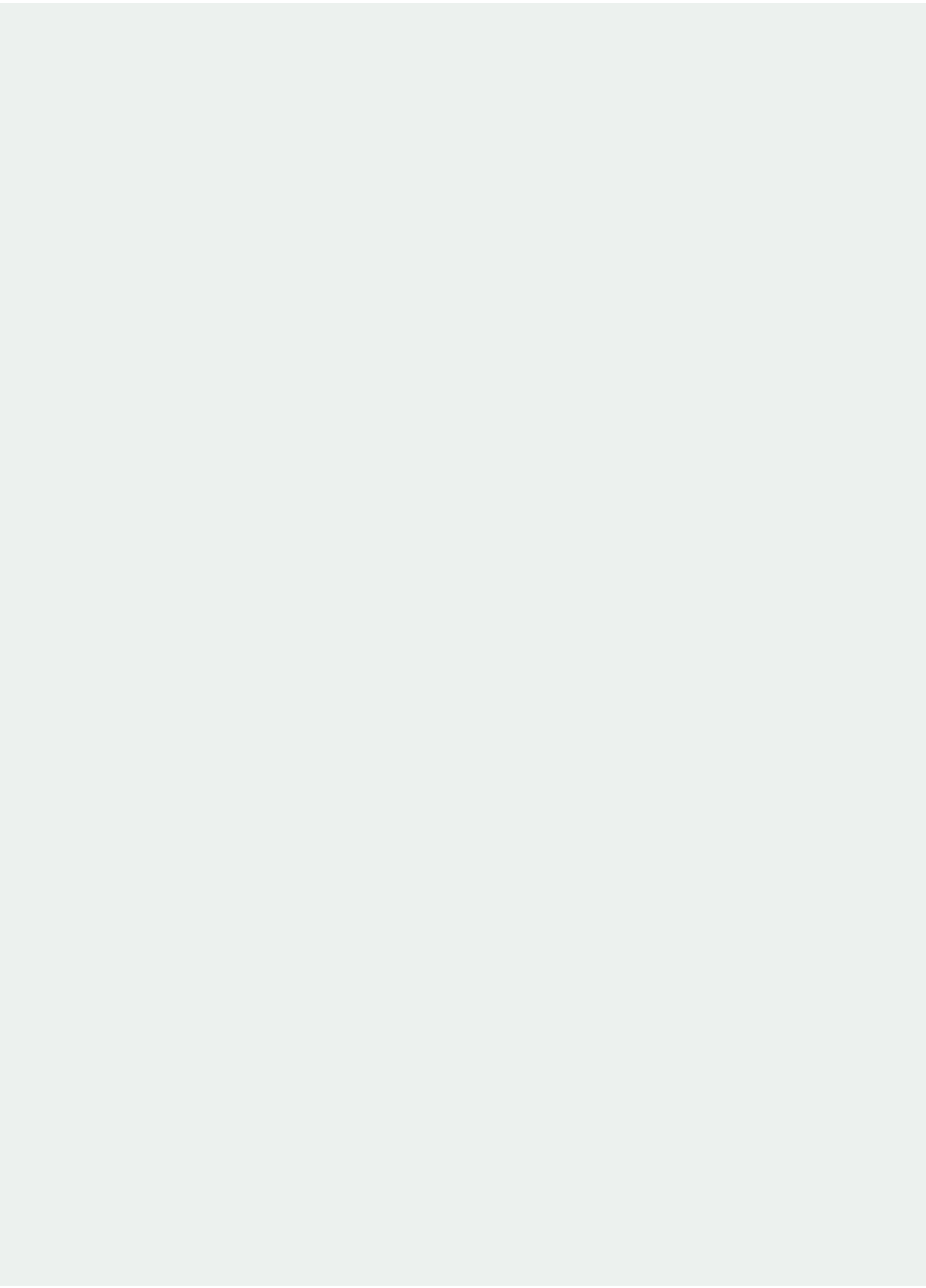
CADERNOS DE FORMAÇÃO

Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica



Caderno 2

Introdução ao feminismo e aos estudos de gênero





CADERNOS DE FORMAÇÃO

Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica

Caderno 2

Introdução ao feminismo e aos estudos de gênero



Michel Temer

Presidência da República

Fátima Lúcia Pelaes

Secretária Especial de Políticas para as Mulheres

Maria Aparecida Andrade de Moura

Secretária de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres

Eugenia Troncoso Leone

José Dari Krein

Marilane Teixeira

Instituto de Economia - UNICAMP

Equipe do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho - CESIT/IE

Elaboração, Revisão e Projeto Gráfico

Dilma Fabri Marão Serviços ME

Ilustração da capa

Cândido Portinari

Fotos e obras de arte

Mag Magrela

Fotos públicas – Wikimedia commons

São Paulo, 2017

Apresentação

O Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (CESIT), em parceria inédita com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Governo Federal, desenvolveu, entre 2014 e 2015, um projeto de formação com mulheres sindicalistas. O percurso formativo envolveu centenas de trabalhadoras de todas as regiões brasileiras, do campo e da cidade e das mais distintas áreas.

A igualdade entre mulheres e homens está inscrita em nossa Constituição, mas sabemos que ela ainda é formal, e que a sociedade brasileira precisa percorrer um longo caminho para torná-la efetiva. A Universidade pode e deve ter um papel ativo neste desafio. Foi a isso que nos propusemos. Trabalhar e interagir com mulheres sindicalistas, dirigentes de processos de luta e mobilização das pautas de reivindicações das mulheres no mundo do trabalho, contribui para fortalecer a busca da igualdade no Brasil e nos fortalece como instituição.

O percurso formativo, organizado em seis blocos temáticos, analisou em profundidade o mundo do trabalho, as áreas em que as desigualdades entre mulheres e homens se manifestam e o modo como se estruturam, e propôs, a partir da participação ativa das cursistas, ações para sua superação, compreendendo a dimensão que articula as desigualdades de gênero e de raça em nossa sociedade.

Entrelaçado com as experiências e vivências concretas das trabalhadoras, desse trabalho resultou, também, a produção de seis cadernos formativos, que retratam e organizam de forma didática os conteúdos de cada módulo.

Os conteúdos focam as reais condições de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres, como elas foram excluídas dos espaços públicos e a discriminação presente em distintos contextos históricos e dimensões, com ênfase no mundo do trabalho, bem como discussões e conceitos presentes na atuação das mulheres.

Neste Caderno, nossa expectativa é oferecer uma discussão introdutória sobre debates que formaram o arcabouço teórico do feminismo, dentro de uma perspectiva histórica. É um marco inicial que tem o objetivo de facilitar a compreensão das discussões e orientações estratégicas do feminismo e da construção do movimento de mulheres. Esperamos, assim, contribuir para a atuação das mulheres trabalhadoras e seus desafios nesse caminho.

CESIT/IE – UNICAMP – Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho

Bem-vindas à leitura

Em agosto de 2014, foi realizado o segundo módulo do curso promovido pelo Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho – CESIT – da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, em parceria com a Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora da CUT – SNMT/CUT.

O grupo, formado por 54 participantes, era bastante diversificado em vários aspectos: idade, escolaridade, área de atuação, local de moradia... Mas um elemento era comum: todas eram mulheres, trabalhadoras, sonhadoras de um mundo com igualdade.

A diversidade num grupo é excelente para compreender a sociedade em que vivemos, pois cada segmento vivencia suas especificidades, seus preconceitos, suas formas de contratação, seus direitos etc. E a troca possibilitada pelo coletivo nos permite construir e desconstruir opiniões, assumir posicionamentos antes inimagináveis. Essa é a força do coletivo: permite conhecer, trocar, reconstruir.

Para que você possa retomar o que estudou no curso e desenvolver sua ação sindical, os promotores e as promotoras do curso planejaram estes cadernos, que são uma síntese dos temas apresentados por diversos especialistas, por estudiosas e ativistas feministas, retomando a dinâmica dos encontros e das reflexões realizadas.

O Caderno 2 recupera e sistematiza alguns dos principais conceitos referentes à “introdução ao feminismo e aos estudos de gênero” e está organizado em seções, para facilitar a leitura. Um de seus objetivos é promover uma aproximação com as teorias e conceitos sobre o feminismo e a sua relação com a luta das trabalhadoras, contribuindo para o desenvolvimento da ação sindical.

Esperamos dar continuidade aqui ao diálogo iniciado nos encontros realizados.

Bom trabalho!

Sumário

	Pág.
I. Feminismo: teorias e conceitos	8
<i>Feminismo: teoria e prática para construir a igualdade</i>	8
<i>Conceito de gênero e de sexo</i>	15
II. Trilhas da história feminista	19
<i>A primeira onda do feminismo</i>	19
<i>A primeira onda do feminismo no Brasil</i>	21
<i>A segunda onda do feminismo</i>	26
<i>A segunda onda do feminismo no Brasil</i>	29
<i>O pessoal também é político</i>	32
<i>Somos muitas, somos várias. O que nos une?</i>	34
<i>Resistir ao ideário neoliberal</i>	35
<i>Alguns desafios do feminismo atual</i>	36
Referências bibliográficas e sugestões de leitura	39

I. Feminismo: teorias e conceitos

Para compreender o surgimento do feminismo e a formação do movimento de mulheres é importante ter em mente o processo de formação do capitalismo, o papel da divisão sexual do trabalho, as lutas que marcaram a industrialização e a formação da classe trabalhadora, os movimentos sociais que se formaram como crítica à sociedade capitalista. O movimento de mulheres, o feminismo, é parte desse processo.

Nosso foco neste Caderno não é reconstituir a história do feminismo e do movimento de mulheres, mas abordar temas e conceitos importantes presentes nos debates e na intervenção das feministas sindicalistas.

Feminismo: teoria e prática para construir a igualdade

Para iniciar o texto sobre feminismo começamos com uma citação de Tatau Godinho: “O feminismo é a teoria e a prática, a ação política para construir uma sociedade igualitária entre mulheres e homens, ou seja, para construir relações igualitárias, romper com as desigualdades das relações sociais de sexo ou de gênero. Sinteticamente, essa definição indica um campo com o qual nosso feminismo se identifica.”

O que nos interessa aqui é entender o sentido do feminismo e sua ação como movimento. O que de fato está em jogo é a luta das mulheres pela superação das profundas desigualdades que marcam a história de homens e mulheres em nossa sociedade.

Pretendemos ressaltar aqui, a partir de uma recuperação histórica dos conceitos relevantes ao movimento feminista, a permanência de contradições que marcam a situação de opressão e inferioridade das mulheres em relação aos homens, apesar dos muitos avanços e conquistas já obtidas.

Essa é a contradição que deve permear nossa reflexão, tal como formulada pelo sociólogo do trabalho francês, Christian Baudelot: “Não há avanço que não seja, de um modo ou de outro, contrariado pela instauração de novas diferenças ou neutralizado pela manutenção de desigualdades herdadas da ordem antiga” (BOUDELOT, p. 316, 2003).

GLOSSÁRIO

Movimentos sociais:

ações de caráter coletivo que reivindicam direitos para a população ou segmentos dela, como trabalhadores, mulheres, negros, LGBTs etc. A Marcha Zumbi + 10 ocorreu em 16 de novembro de 2005 em Brasília. Trata-se de uma manifestação anual que teve início em 1995 com o objetivo dar visibilidade à causa do povo negro, ou seja, defender os direitos de negros e negras e combater a exclusão social e a discriminação racial.

Semântica

Estudo do significado das palavras em uma língua.



Reflexão

O pensamento socialista é uma elaboração importante para compreender a opressão das mulheres. Como um método de análise que parte das contradições objetivas da sociedade, das bases materiais da opressão e insiste na importância da força da organização coletiva, nos ajuda a elaborar um pensamento feminista socialista e revolucionário. Partir das bases materiais, neste caso, significa compreender o papel da divisão sexual do trabalho, como operam as relações sociais de sexo (relações de gênero), a relação dialética entre produção e reprodução, as formas específicas como a exploração econômica capitalista se apoia nestas relações. Com essa compreensão, podemos perceber o quanto o marxismo, como um método não dogmático, mas a partir das contribuições e experiências do movimento socialista, inclusive das feministas socialistas, contribui para uma análise da opressão e das desigualdades sociais.

Dica de leitura



As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho. MARUANI, Margaret e HIRATA, Helena (Orgs.). São Paulo: Senac, 2003.

GLOSSÁRIO

Revolução

Processo de mudanças profundas na sociedade, decorrente de lutas que alteram de forma radical a relação de forças na economia e entre os grupos ou classes sociais.

Tendo como pressuposto a importância do reconhecimento dessas contradições, vamos analisar esse que se tornou um dos mais importantes movimentos sociais do século XX e também da atualidade: o movimento feminista.

A primeira contradição que podemos levantar diz respeito à própria história da participação das mulheres nos grandes e significativos eventos de lutas e transformações dos últimos séculos, como a Revolução Francesa, a Comuna de Paris, a **Revolução** Russa e até a própria **Revolução** Industrial.

Em todos esses episódios, as mulheres estiveram presentes, mas desempenhando um papel pouco conhecido em relação ao dos homens. Assim, muito embora a participação nesses movimentos tenha sido um fator decisivo e impulsionado a organização das mulheres, raramente a História registra esse movimento, legitimando o papel central dos homens e caracterizando a participação das mulheres como esporádica ou mesmo nula em alguns casos.

Essa “invisibilidade” feminina nada tem de natural. Para definir essa visão, intimamente ligada à noção de **patriarcado**, foi cunhado o termo *androcêntrico*:

“Esse termo é utilizado para se referir à formulação de noções e teorias que tomam a experiência dos homens como universais, ao ocultar ou desconsiderar a experiência das mulheres. Uma

Você sabia...



que classificar a política em direita e esquerda tem relação com a Revolução Francesa? Os jacobinos, assim chamados por se reunir no convento de Saint-Jacques, defendiam ideias mais radicais e a democracia revolucionária. Esse grupo sentava-se à esquerda nas assembleias e reuniões políticas. Os girondinos, por sua vez, assim conhecidos por serem do partido político da Gironda, sentavam-se à direita e defendiam os interesses da burguesia. Pela disposição espacial desses grupos nas assembleias, o mundo divide a atuação política, até os dias de hoje, em esquerda e direita, associando-as aos mesmos valores: os que defendem o povo e os que defendem os interesses da burguesia.

ciência que se produza naturalizando a experiência dos homens como se fossem universais tem como consequência uma construção enviesada do fenômeno que pretende estudar ou demonstrar, pois desconsidera em primeiro lugar que a humanidade é composta por homens e mulheres e, principalmente, que há diferenças e desigualdades significativas entre esses sujeitos” (MORENO, 2012 Apud SILVEIRA, 2014, p. 160).

No entanto, foi no bojo dessas manifestações do século XIX que o movimento feminista surgiu de forma organizada, especialmente a partir dos anos de 1850, como luta pela igualdade de direitos em relação aos homens.

Embora ainda restrito a algumas temáticas específicas, sobre as quais falaremos mais adiante, é importante dizer que o movimento feminista sempre esteve estreitamente vinculado à ideia de mudança social, desde o seu início, no contexto das revoluções anteriormente citadas e das lutas contra a escravidão, até os movimentos atuais.

O mundo passou então a enxergar um movimento mais organizado, que, embora conhecido como “movimento feminista”, no singular, apresentou al-



GLOSSÁRIO

Veja a definição de patriarcado de acordo com o *Dicionário crítico do feminismo*:

“Patriarcado é uma palavra muito antiga, que mudou de sentido por volta do fim do século XIX, com as primeiras teorias dos estágios da evolução das sociedades humanas, depois novamente no fim do século XX, com a segunda onda do feminismo [...]. Nessa nova acepção feminista, o patriarcado designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de dominação masculina ou de opressão das mulheres. Essas expressões, contemporâneas dos anos 70, referem-se ao mesmo objeto, designado na época precedente pelas expressões “subordinação” ou “sujeição” das mulheres, ou ainda ‘condição feminina’. [...] O patriarcado é rapidamente adotado pelo conjunto dos movimentos feministas militantes nos anos 70 como o termo que designa o conjunto do sistema a ser combatido” (DELPHY, 2009, p.175).

Você sabia...



que Olympe de Gouges foi uma das pioneiras do feminismo francês? Ela escreveu textos muito lidos na época da Revolução Francesa, defendendo os direitos civis e políticos das mulheres, além do fim da escravidão, entre eles, a “Declaração dos direitos da mulher e da cidadã”. Considerada perigosa por sua atuação política, acabou na guilhotina em 1793, aos 45 anos.



Retrato de Olympe de Gouges, século XVIII.

Placa no número 20 da rua Servandoni, em Paris, onde Olympe de Gouges residia.

Reflexão

Observe esta tela, que é símbolo da Revolução Francesa e que foi criada por Eugène Delacroix, considerado o mais importante pintor do romantismo francês. Nela, a liberdade é representada por uma mulher com os seios à mostra.

Você acha que nessa imagem há algum tipo de contradição?



A liberdade guiando o povo, de Eugène Delacroix. 1930.

gumas vertentes, ao longo de sua construção, e mesmo nesse momento inicial.

Isso porque, além de definir o feminismo como um movimento social, como dito anteriormente, também é importante salientar que se trata de um movimento político e ideológico, que tem em comum o reconhecimento de uma relação desigual entre os sexos, mas que também é analisado a partir de perspectivas teóricas diferentes.

E essas diferentes perspectivas teóricas, visto que não se trata de um campo de ideias homogêneo, possuem dinâmicas diferentes de acordo com os momentos históricos com os quais se relaciona.

Mesmo que não haja consenso entre os estudiosos do tema, podemos tomar como referência três correntes teóricas feministas:

- ✓ o feminismo liberal;
- ✓ o feminismo socialista;
- ✓ o feminismo pós-modernista ou pós-estruturalista.

A primeira delas, o **feminismo liberal**, pauta-se pelos conceitos do liberalismo clássico, com base nos ideais iluministas que orientaram a Revolução Francesa.

A luta dessa corrente feminista refere-se à promoção de direitos iguais para homens e mulheres, muitas vezes, no entanto, sem questionar a necessidade de outras mudanças na estrutura social.

A segunda corrente teórica, o **feminismo socialista**, baseado no pensamento e no movimento socialista, está vinculado ao próprio questionamento do sistema capitalista, diferentemente do feminismo liberal, que apenas identificava a opressão dos homens sobre as mulheres em função da desigualdade de direitos entre os sexos.

GLOSSÁRIO

Liberalismo

Conjunto de princípios que defendem a liberdade política e econômica e que serve de fundamento ao capitalismo. Tem por base um conjunto de políticas cujo ponto central é a garantia e a defesa da propriedade privada e das liberdades políticas e econômicas. A liberdade política é caracterizada como o direito à livre expressão do indivíduo, enquanto a liberdade econômica se pauta pelo livre mercado, que regula a economia, com pouca participação do Estado.

Essa doutrina tem origem no século XVII, com o filósofo inglês John Locke, fortalecendo-se no século seguinte com as ideias do economista Adam Smith, considerado o mais importante teórico dessa corrente, e sua célebre publicação *A riqueza das nações*.

Socialismo

Pensamento político e econômico que surgiu no final do século XVIII e serviu de base para o movimento operário do século XIX. Seu principal teórico, Karl Marx, defendia ideias diametralmente opostas àquelas propostas pelos liberais. Se, por um lado, o pensamento liberal servia de sustentação ao desenvolvimento do capitalismo, o pensamento socialista se desenvolveu no contexto do movimento dos trabalhadores expostos a condições desiguais e exploratórias do trabalho, tal como ele existia no final do século XVII e início do XIX.

Apoiado no marxismo, nos indica que é preciso partir das bases materiais das relações sociais para compreender os fenômenos históricos. O socialismo é um pensamento e uma forma de luta que tem como objetivo superar as relações capitalistas e construir uma nova sociedade com igualdade.

Para o feminismo socialista, em seu período inicial, a própria constituição da sociedade de classes, baseada na propriedade privada, era a causa da opressão dos homens sobre as mulheres. Portanto, a superação dessa opressão, passaria necessariamente pela superação e transformação da sociedade capitalista.

Além disso, para as feministas socialistas, a superação da opressão feminina passava por transformações mais profundas, como a questão da raça e da nacionalidade.

No entanto, o debate feminista no bojo do movimento socialista apresentava contradições. A explicação de que a subordinação das mulheres, inclusive das trabalhadoras, era essencial para a manutenção do capitalismo, não era suficiente para dar conta do conjunto das desigualdades vivenciadas pelas mulheres, como no caso das sociedades não capitalistas, além de desconsiderar aspectos da opressão das mulheres que não podiam ser facilmente relacionadas à divisão sexual do trabalho.

Assim,

“Para as feministas marxistas, a origem da opressão não poderia se limitar apenas às relações de exploração capitalistas. Entre as feministas que procuram abrir campo para o feminismo socialista, introduzindo uma análise mais complexa da opressão das mulheres, considerando os fatores como produção, reprodução, sexualidade e socialização do trabalho doméstico, está Juliet Mitchell (1973). Algumas feministas socialistas como Eisenstein (1979), Hartmann (1976) e Rowbotham (1974) elaboraram as “teorias de sistemas duais”. Elas defendiam a tese de que o capitalismo e o patriarcado eram sistemas separados e semiautônomos, de predominância social. Da mesma forma em que poderiam operar de forma harmoniosa, também poderiam apresentar conflitos em determinados contextos. Um exemplo disso é o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, o que reduz a sua dependência econômica e, por conseguinte, o poder patriarcal exercido pelos maridos” (TEIXEIRA, s.d., 106-107).

O conceito de patriarcado foi utilizado por uma corrente conhecida como feminismo radical, que se diferencia da corrente socialista justamente em razão do ponto de vista marxista, que define a opressão como fruto da dinâmica social, determinada pela própria construção histórica da sociedade, com foco prioritário nas tensões e disputas de classe.

No entanto, é preciso também considerar os limites e as contradições do marxismo como possibilidade analítica do movimento feminista. A teoria marxista clássica, ao considerar a luta de classes como premissa da análise e motor das transformações sociais, acaba, em muitos casos, não reconhecendo a luta de grupos ditos minoritários, como o das mulheres, sem destacar as contradições no interior da própria luta de classes.

Também vale a pena destacar que o feminismo socialista buscava a transformação da instituição família, considerando que o celibato e o matrimônio indissolúvel tinham função repressora, defendendo assim a liberdade como fator primordial na relação entre homens e mulheres.

Você sabia...



Uma das mulheres mais notáveis do movimento socialista foi a filósofa e economista marxista **Rosa Luxemburgo** (1871-1919). Fundadora e uma das principais dirigentes do Partido Comunista Alemão, Rosa acreditava na força das massas organizadas e mobilizadas para fazer as mudanças políticas que a revolução socialista propõe. Defendia a ideia de que a consciência nasce na própria luta, na ação, e ficou conhecida como uma teórica destacada do socialismo democrático. Militante dedicada, profundamente íntegra, é reconhecida por suas reflexões e por sua ação permanente. Morreu aos 48 anos, assassinada em Berlim, por sua luta radical contra os conservadores.



Rosa Luxemburgo.

Por fim, vamos apresentar a teoria pós-modernista, a vertente mais recente do movimento feminista e que constitui uma clara contraposição às abordagens políticas e filosóficas já estabelecidas.

Para o feminismo de orientação pós-moderna, é preciso ter como referência o reconhecimento de variados pontos de vista, que podem ser contraditórios e conflituosos. Com o sentido de rejeitar a existência de uma verdade única, apoia-se na desconstrução da realidade como método para a reflexão. Entre as principais ideias ligadas ao pensamento pós-modernista/pós-estruturalista está a rejeição das 'grandes teorias' da história humana e uma visão de identidades como múltiplas e instáveis. Baseado no argumento de que todo conhecimento é necessariamente parcial e falível, para algumas de suas tendências, o que se questiona é a própria existência do real.

Joan Scott afirma que entre os termos e conceitos do pós-estruturalismo que as feministas se apropriaram estão a linguagem, o discurso, a diferença e a desconstrução. Assim, para o feminismo pós-moderno estes são vetores centrais para o conhecimento e



GLOSSÁRIO

Pós-modernismo

Conceito que se estrutura na segunda metade do século XX, especialmente a partir de 1950. Abrange diferentes áreas do conhecimento, como a arte, a música, o cinema, a literatura etc. Reflete as profundas mudanças e inovações e, nesse sentido, fortaleceu-se a partir da década de 1960, influenciado por processos como a globalização e as inovações tecnológicas. De toda forma, em todos os contextos em que esse conceito é usado, significa ruptura e desconstrução da realidade.

a ação feminista, em contraposição à concepção de se buscar as bases materiais da opressão e o processo organizativo voltado para as relações sociais.

Relacionado ao movimento pós-moderno em outras áreas, como as artes, a arquitetura, a economia e a filosofia, sua referência é a ênfase na multiplicidade das vivências e nos fatores culturais que, avaliam, são os centrais para a compreensão da opressão das mulheres. Teve muita influência no movimento feminista no período recente, alimentada pelo foco de compreender as diferenças, as diversidades que compõem as relações sociais, que podem se caracterizar por diferenças de sexo, idade, raça, cor, identidade sexual, entre outras. Dão grande ênfase aos estudos culturais, à literatura, às expressões da linguagem, e outros elementos que constituem (ou desconstituem) o gênero. Junto à insistência na necessidade de se estabelecer uma nova concepção de objetividade, considera-se que existem múltiplas verdades. Sua influência também foi grande na dispersão do movimento, na negação de formas organizativas mais permanentes.

A partir de uma reflexão inicial sobre esses três diferentes pontos de vista, vamos agora tratar de alguns conceitos relevantes, surgidos especialmente a partir da década de 1960, e que foram significativos para o movimento feminista.

Conceito de gênero e de sexo

A desigualdade entre os sexos durante muito tempo foi ocultada sob o discurso de que se tratava de um fenômeno de natureza biológica. As diferenças eram atribuídas às características do ser mulher ou de ser homem. O conceito de gênero emergiu na década de 1970, no marco das lutas e construções teóricas do movimento feminista, ganhando força e legitimidade no contexto acadêmico. Sua perspectiva sinaliza a importância de romper com tendências que explicam as diferenças entre os sexos baseadas puramente em aspectos biológicos.

As feministas anglo-saxãs, como Joan Scott, estão entre as primeiras a usar o termo *gênero* com o objetivo de diferenciá-lo de sexo e ressaltar o caráter fundamentalmente social e cultural das distinções baseadas no sexo. Nesse sentido, a categoria gênero está relacionada à necessidade de revelar as construções sociais e culturais que se impõem sobre homens e mulheres. Esses conceitos aprofundam a compreensão das relações entre os sexos como categorias sociais. Anos antes, Simone de Beauvoir dá um passo decisivo para a compreensão da desigualdade, com sua análise do caráter social da categoria composta pelas mulheres. Mas é somente a partir da década de 1970 que o debate teórico sobre a desigualdade ganha consistência.

As principais discussões sobre as relações sociais de sexo ocorrerão primeiramente na França, influenciada pela obra dessa autora. Essa discussão chegará ao Brasil, onde focará a questão no âmbito do trabalho, da divisão sexual do trabalho. A relação entre

mulheres e homens passará, no decorrer do tempo, a abranger esses dois conceitos com parte da compreensão das relações de gênero.

A palavra *gênero*, porém, segundo alguns, não traduz perfeitamente o significado do outro conceito, o das relações sociais de sexo, pois é entendido de maneiras diferentes e, por vezes, até contrárias. Seria um conceito que, de certa forma, desvaloriza fenômenos importantes na situação das mulheres, como as contradições econômicas e as relações materiais. Essas duas questões representam aspectos fundamentais na concretização da desigualdade entre os sexos. Em uma concepção cultural tende a não valorizar as mulheres como sujeito político.

Dica cultural

Simone de Beauvoir: escreveu vários textos sobre as mulheres, entre eles, *O segundo sexo*, de 1949, considerado um marco para o surgimento da segunda onda do feminismo, a partir da década de 1960. Ao dizer que “nos tornamos mulher”, seu pensamento foi fundamental para questionar a ideia de natureza feminina.



Simone de Beauvoir, Jean-Paul Sartre e Ernesto Che Guevara, 1960, Cuba.

É muito frequente a confusão entre estudos de gênero e estudos de mulheres, uma vez que o conceito de gênero foi elaborado no interior dos estudos sobre a mulher, compartilhando vários de seus pressupostos. No entanto, é importante esclarecer que gênero é uma categoria de análise relacional, consolidando assim a perspectiva de que os papéis destinados a homens e mulheres são produto de construções sociais e culturais. Tal perspectiva fornece elementos importantes para romper com posições que justificam as diferenças entre os sexos tendo como base critérios unicamente biológicos.

O núcleo da definição elaborada por **Joan Scott** reside na primazia que ela dá ao aspecto relacional da distinção entre os sexos, considerando especialmente as dimensões cultural, social e simbólica, que, argumenta, são mais elucidativas que os determinismos biológicos. Desse modo, é possível assegurar que as condições em que homens e mulheres vivem não são naturais, mas criadas pela estrutura social em que ambos estão inseridos.

Outro elemento considerado fundamental por Scott é que as diferenças entre homens e mulheres não são neutras. Não se trata somente de um princípio classificatório, mas

de estruturas de hierarquização e relações de poder – normalmente de homens sobre mulheres. Tais relações se constroem com base em tensão, oposição e antagonismo.

Isso sugere que as relações sociais de sexo têm uma base material, ou seja, elas se configuram também como uma relação de classe, e elas são coextensivas, isto é, existe uma articulação entre as relações de opressão e as relações de exploração (HIRATA e KERGOAT, 2007). No entendimento de Kergoat, existe uma estreita conexão entre as relações de gênero, de classe e de raça, ou seja, as relações gênero articulam-se com as relações sociais, possibilitando diferenciações e hierarquias.

Segundo essa abordagem, as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho são indissociáveis, tendo esta última dois princípios organizadores, a separação e a hierarquização. Atribuem-se trabalhos diferentes aos dois sexos, conferindo maior valor ao trabalho masculino. Portanto, as relações sociais de sexo repousam, em primeiro lugar sobre uma relação hierarquizada, onde a esfera produtiva, sobretudo nas funções consideradas relevantes econômica e socialmente, ainda é predominantemente atribuída aos homens, da mesma forma que a esfera reprodutiva é atribuída às mulheres (KERGOAT, 2002).

Os princípios de separação e hierarquização costumam ser legitimados por uma ideologia naturalista, que considera “dada” e, em princípio imutável, a divisão sexual do trabalho vigente. Na verdade, as relações sociais entre o grupo de homens e o de mulheres têm caráter antagônico e não se fundam em causas biológicas; elas são construções sociais, assumindo roupagens diversas em diferentes locais e épocas, ou seja, são mutáveis. Para melhor compreender a complexidade e a diversidade das práticas masculinas e femininas, as relações sociais de sexo devem ser consideradas simultaneamente com outras relações sociais, pois todas elas, em conjunto, tecem a trama da sociedade e impulsionam sua dinâmica.

Segundo Kergoat (2002, p. 49), o gênero pode ser compreendido considerando que “os grupos sexuais não são produtos de destinos biológicos, mas antes constructos sociais; estes grupos constroem-se por tensão, oposição, antagonismo, em torno de um desafio, o do trabalho”. Fundamentam-se sobre uma hierárquica relação entre os sexos, uma relação de poder e dominação, enfim uma relação social sexuada.

Nesse sentido,

“a relação social pode ser assimilada a uma tensão que perpassa a sociedade; tensão esta que se cristaliza, paulatinamente, em desafios em torno dos quais, para produzir sociedade, para reproduzi-la ou inventar novos modos de pensar e agir, os seres humanos estão em confronto permanente” (KERGOAT, 2002, p. 49).

Hirata (2009) acrescenta que essa divisão sexual do trabalho caminha mais em direção ao deslocamento das fronteiras entre o masculino e o feminino do que à superação da própria divisão.

“As respectivas condições do trabalho dos homens e das mulheres mudam de acordo com o contexto histórico, cultural, econômico, mas não se transformam; seguem obstinadamente a mesma linha de divisão dos espaços masculinos e femininos” (Le Doaré, 1994, apud Hirata, 2002, p. 285).

Você sabia...



que, em diversos momentos da história da educação no Brasil, é possível observar claramente como essas perspectivas de gênero são construídas? Um exemplo seria a organização do curso técnico que teve sua estrutura curricular definida pelo Decreto-lei 4073 de 30/01/1942 — a Lei orgânica do ensino industrial.

O curso técnico era composto das matérias: Português, Matemática, Física, Química, Inglês ou Francês, História Natural, História Universal e Geografia Geral e complementado por outras disciplinas, como Educação Física, Educação Musical, e **Educação Pré-Militar para os homens e Educação Doméstica para as mulheres**, numa clara demarcação de gênero na base de organização do sistema de ensino.



Dica de filme

A fonte das mulheres (La source des femmes): drama francês de 2012 que retrata a vida em uma pequena vila de forte tradição islâmica localizada entre o norte da África e o Oriente Médio. A história discute a função social destinada às mulheres, mostrando a forma pela qual elas buscam mudar a tradição cultural do vilarejo, questionando o papel desempenhado por homens e mulheres.



II. Trilhas da história feminista

A proposta desta segunda parte do Caderno é percorrer os principais momentos da história feminista, relacionando-os a seu contexto histórico no Brasil e no mundo. Para isso, retomaremos teorias e conceitos discutidos na primeira parte.

A primeira onda do feminismo

Cronologicamente falando, o movimento que ficou conhecido como primeira onda feminista aconteceu em um largo período de tempo, que teve início no século XIX e durou até o final década de 1950, início da década de 1960.

De modo geral, podemos dizer que naquele momento surgiram como principais temáticas da reivindicação feminista o direito a votar e a ser votada, o direito ao estudo, a possibilidade de atuação profissional em áreas onde até então só os homens eram aceitos e, ainda, o direito ao divórcio. Dentre eles, a maior reivindicação foi mesmo a luta pela igualdade política, mais precisamente pelo direito ao voto.

Conhecido como movimento sufragista, ele levou a mudanças, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, onde as mulheres conquistaram o inédito direito ao voto após décadas de mobilização. Observe no quadro o início do voto feminino em alguns países.

País	Início do sufrágio feminino
Nova Zelândia	1893
Reino Unido	1918
Alemanha	1918
Estados Unidos	1920
Portugal	1931
Brasil	1932
França	1945
Suíça	1971



Escravas trabalhando em roça na Virgínia, EUA, em 1798. (Stewart 1956)

No contexto da primeira onda, o feminismo norte-americano é o maior exemplo de movimento feminista liberal. Surgido no bojo do movimento abolicionista, a participação em uma luta organizada, a princípio contra a situação dos escravos e escravas, levou a uma reflexão da mulher sobre a sua própria condição, em especial suas limitações, já que elas estavam basicamente restritas ao espaço doméstico.

Iniciaram, assim, de forma mais organizada, um movimento que reivindicava: direito à posse e à administração de bens, à possibilidade de abrir negócios, à liberdade e à participação política, à educação e à igualdade no casamento.

Um momento de grande representatividade desse movimento foi o Manifesto de Seneca Falls, em 1848, liderado por Lucretia Mott e Elizabeth Cady Stanton, que é considerado a primeira declaração dos direitos das mulheres nos Estados Unidos.

Segundo Maria Lúcia da Silveira, em seu texto, “Nossa trajetória teórica pelo feminismo”, “A dedicação das organizações de mulheres nos EUA à luta pelo fim da escravidão dos negros não garantiu a elas que os abolicionistas apoiassem a igualdade das mulheres, fossem brancas ou negras, uma vez abolida a escravidão.

Da mesma forma, no movimento socialista as militantes terão que dedicar parte importante de suas energias, e muitas vezes abrir mão de suas reivindicações, para convencer os partidos de esquerda que valia a pena lutar pela igualdade para as mulheres. Nos textos de Alexandra Kollontai e Clara Zetkin, de diferentes períodos entre 1906 e 1920, é insistente a argumentação de que a luta das mulheres, ao contrário de ameaçar a luta do proletariado a reforça.”

Posteriormente, uma parte do feminismo liberal nos Estados Unidos rompeu a aliança com a luta antirracista e chegou, até mesmo, a se contrapor à ampliação para os homens negros de direitos que ainda não eram aceitos para as mulheres.

Segundo Angela Davis, as trabalhadoras não se uniram em massa para levantar a bandeira do sufrágio até o início do século XX, quando suas próprias lutas resultaram



Grupo de sufragistas em 1902.



Dica de filme

A verdadeira história de Lena Baker, drama norte-americano, de 2008 sobre a vida da primeira e única mulher a ser condenada à cadeira elétrica, em meados do século XX, no estado da Geórgia.

na reivindicação do direito ao voto. Quando as mulheres da indústria de confecções de Nova York entraram em greve durante o inverno de 1909-1910, no famoso “Levante das 20 mil”, o voto começou a adquirir particular relevância para a luta das trabalhadoras. Para as líderes operárias era a oportunidade para exigir salários mais altos e melhores condições de trabalho. (DAVIS, 216, p. 148)

A primeira onda do feminismo no Brasil

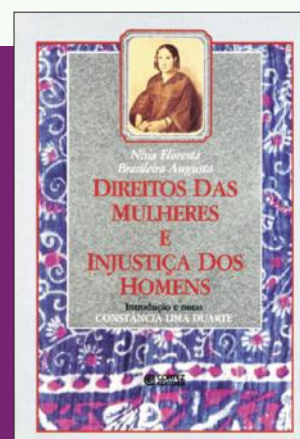
No Brasil, essa primeira fase do feminismo teve também como luta central a busca pela concretização dos direitos políticos das mulheres. São três as principais vertentes do movimento feminista brasileiro. O movimento liderado por Bertha Lutz era organizado e de alcance nacional e tinha como bandeira a luta pelos direitos políticos das mulheres votarem e serem votadas.

A segunda vertente, conhecida como feminismo difuso, é encabeçada principalmente por professoras, escritoras e jornalistas. Ia um pouco além da atuação por direitos políticos, manifestando-se em prol do direito das mulheres à educação e contra a dominação masculina. Já a terceira vertente estava ligada inicialmente ao movimento anarquista e, posteriormente, ao Partido Comunista. Integravam esse movimento trabalhadoras e intelectuais que militavam nos movimentos de esquerda.

Dica de leitura



Nísia Floresta Brasileira Augusta (1810-1885) foi uma das mais importantes mulheres a lutar publicamente pelos direitos das mulheres no Brasil. É autora dos *Direitos das mulheres e injustiças dos homens*, tido como o primeiro livro a tratar da temática feminista no país. A obra encontra-se em domínio público e pode ser encontrada na internet.



Você sabia...



Bertha Lutz, bióloga formada em Paris, era docente e pesquisadora do Museu Nacional, sendo a segunda mulher a fazer parte do funcionalismo público brasileiro. Foi importante organizadora da luta pelo direito ao voto das mulheres no Brasil e representou o país em importantes fóruns internacionais.



Bertha Lutz, zoóloga e feminista brasileira (1894-1976).

Um dos primeiros momentos em que se discutiu a questão do voto feminino no Brasil foi a Constituinte Republicana de 1891, quando o Brasil era um país fortemente marcado pelas oligarquias, recém-saído de um longo período de escravidão e em um processo de urbanização ainda incipiente.

Naquele momento, como era de se esperar, o projeto não foi aprovado por uma Assembleia formada exclusivamente por homens. É curioso notar que, na verdade, o texto da Constituição não citava explicitamente a proibição ao voto feminino, apenas dizia que teria direito ao voto todo cidadão brasileiro maior de 21 anos e alfabetizado, o que por si só já era entendido como direito apenas dos homens, visto que, àquela época, as mulheres não eram consideradas cidadãs.

Quase duas décadas depois, em 1910, o movimento feminista brasileiro funda, no Rio de Janeiro, o Partido Republicano Feminino.

Outro importante marco da luta feminista no Brasil foi a realização, em 1922, do I Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, idealizado por Bertha Lutz, que também foi responsável pela fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), a mais importante e conhecida instituição em defesa dos direitos das mulheres do período, especialmente do direito ao voto.

Além de Bertha, outras mulheres faziam parte da Federação, mas é importante ressaltar que, embora sua iniciativa tenha sido inédita e desafiadora para os modelos da época, elas faziam parte de uma pequena elite com bastante influência cultural e social, o que de certa forma as ajudou a se fazerem ouvir no meio político.

Também cabe considerar que esse caráter quase exclusivamente voltado para a reivindicação do sufrágio fazia do movimento feminista liderado pelas mulheres das classes dominantes uma luta “admitida” pelos homens, visto que não almejava mudanças estruturais que pudessem de alguma forma ameaçar a ordem econômica e patriarcal estabelecida.

*Floresta Brasileira Augusta
escrito em 1892.*



Revista da Semana, 30/09/1911. Na imagem acima, comissão do Partido Republicano Feminino é recebida pelo Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca.

sil aos milhares, vindos de diferentes países, sobretudo da Europa. Dentre eles, destacavam-se os italianos, que em grande número passaram a trabalhar como operários na nascente indústria paulista. Na bagagem, traziam o ideário que afluía em seu país de origem: o anarquismo.

O pensamento anarquista esteve presente no movimento operário que se organizava no Brasil, tanto em movimentos grevistas quanto na imprensa. Assim, como já vimos em relação ao feminismo socialista, o movimento feminista que se formou no bojo do anarquismo também apresentava contradições, uma vez que reconhecia as mulheres como parte do movimento, mas também tinha dificuldades em considerar sua luta como algo independente e com reivindicações para além da luta de classes.

Finalmente, a conquista pelo voto feminino se realizou em 1932, quando o novo código eleitoral concedeu à mulher o direito de votar e de ser votada.

Desde o final do século XIX e início do século XX, uma forma utilizada pelas mulheres para defender seus direitos era a publicação em jornais. A própria Bertha Lutz, além de muitas outras, escreveu diversos artigos. Em todo país havia grande número de pequenos jornais que se tornaram espaços importantes para as publicações feministas, ainda que grande parte da população, especialmente das mulheres, vivesse no campo e fosse analfabeta.

O movimento anarquista também dialogou com o feminismo no Brasil, nas primeiras décadas do século XX.

Com o fim da escravidão no Brasil, a força de trabalho negra africana foi substituída pelos imigrantes. Eles chegaram ao Bra-

Leia o texto a seguir distribuído pela União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro:

A emancipação da mulher

“Vós que sois os precursores de uma era onde possa reinar a igualdade para todos, escutai: tudo que fazeis em prol do progresso, militando no seio das nossas associações de classe, não basta!

Falta ainda alguma coisa, absolutamente necessária e que concorrerá mais eficazmente para o fim desejado de todos os sofredores. É a Emancipação da Mulher: Homens Conscientes!

Se refletirdes um momento, vereis quão dolorida é a situação da mulher, nas fábricas, nas oficinas, constantemente amesquinhada por seres repelentes e vis. Trabalhadores!

A obra da União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas é a obra iniciadora da emancipação da mulher.”

União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas do Rio de Janeiro, 1920.



Manifestação da União das Costureiras em Nova York, 1910



Você sabia...

que a primeira legislação brasileira a autorizar a existência de escolas públicas femininas é de 1827? Até então, as poucas mulheres que podiam estudar o faziam em conventos ou por meio do ensino individualizado particular.

Nota-se claramente uma mudança significativa em relação aos discursos do feminismo sufragista. Considerando limitada a luta pelo direito ao voto, expressa aqui uma clara reivindicação pela emancipação da mulher em relação à opressão dos homens.

Na verdade, o texto da União das Costureiras mostra um discurso feminista que só iria ganhar visibilidade e legitimidade muitas décadas depois, já no final do século XX. O texto evidencia a consciência de que a classe operária oprimida não é homogênea, e que as formas de opressão não são únicas, apontando assim para a consideração das diferenças. A força do texto demonstra a forte influência dos movimentos revolucionários que afluíam inspirados na revolução de outubro, na Rússia.

Do ponto de vista prático, a grande conquista da primeira onda feminista no Brasil, assim como em muitos países do resto do mundo, foram os direitos políticos. Mas como menciona Maria Valéria Junho Pena em seu livro *Mulheres trabalhadoras*, “por mais dramática que fosse a vida da mulher operária; dividida entre seus afazeres domésticos e a longa jornada do trabalho assalariado, esse fato não a fez abdicar da sua capacidade de reação à injustiça e da ação política.

No Brasil, no início do século, anarquistas e socialistas foram arquitetos da questão social – uma questão de polícia para o Estado. Assim, foi no interior desses movimentos que as mulheres procuraram demarcar um território para sua luta. Porque luta houve.” Mas, quer seja pelos movimentos realizados pelas mulheres da elite brasileira, quer seja pelas operárias, muitas vezes imigrantes, o seu papel foi muito mais significativo, possibilitando nos anos e décadas seguintes a continuidade e a ampliação do movimento, tal como veremos a seguir no período que ficou conhecido como segunda onda feminista.

GLOSSÁRIO

Anarquismo

movimento que nega a autoridade do Estado ou qualquer forma de poder/ organização que possa representá-lo. O grande objetivo dos anarquistas é a construção de uma sociedade igualitária, organizada com base em experiências comunitárias.



Greve geral de 1917



Grevistas, a maioria de mulheres operárias, dirigindo-se ao largo do Palácio, a fim de dialogar com o secretário da Justiça e Segurança Pública, a quem pediram providência contra a carestia dos gêneros alimentícios

A segunda onda do feminismo

Mesmo durante o período do movimento feminista conhecido como sufragista, o voto era apenas a ponta do *iceberg*. Ou seja, muitas outras questões relacionadas aos interesses das mulheres e seu lugar na sociedade estavam aflorando (e continuam até hoje), chegando à segunda metade do século XX como um verdadeiro caldeirão em ebulição.

O período conhecido como segunda onda feminista, a partir da década de 1960, marca um novo momento na luta das mulheres, em um mundo que passava por transformações significativas, do ponto de vista político, econômico e cultural.

A essa altura, algumas lutas feministas já haviam logrado sucesso, como o acesso igualitário a direitos políticos, o direito legal à separação, à propriedade e aos estudos. No entanto, como já dissemos anteriormente, a história do movimento das mulhe-



res apresenta contradições. Muito embora os avanços fossem significativos, estavam ainda longe de levar a uma igualdade entre homens e mulheres ou mesmo à superação da opressão à qual as mulheres estavam, e ainda estão, submetidas.

Além disso, uma análise da dinâmica das mudanças nas relações sociais mostra que, além da permanência de antigas desigualdades, novas surgiram, levando outras temáticas a entrar na agenda feminista, que se amplia: direitos civis e políticos, violência, direitos sexuais e reprodutivos, precarização do trabalho, creche, licença-maternidade, equiparação salarial, redução da jornada de trabalho, entre outros, passam a fazer parte dela.

Um marco importante de mudanças nesse período, no mundo, foi o ano de 1968, momento em que aconteceram diversos movimentos sociais, culturais e políticos protagonizados por uma geração fortemente contestadora do *status quo*, do modo de vida, do racismo, das guerras.

1968: ficou conhecido como o “ano que sacudiu o mundo” e é considerado o ponto de partida de grandes transformações culturais que afetaram o mundo inteiro. Os acontecimentos de maio de 1968 foram um marco para diversos movimentos sociais defensores das minorias e dos direitos humanos, dentre eles, evidentemente, o movimento feminista.

Alguns acontecimentos importantes desse ano: as manifestações estudantis em Paris, as manifestações contrárias à Guerra do Vietnã nos Estados Unidos, a luta pelo fim da ditadura no Brasil, entre outros.

No âmbito cultural, as ações foram especialmente contestadoras, com destaque para o movimento *hippie* norte-americano, que se espalhou pelo mundo, propondo o amor livre, o pacifismo e rejeitando os valores da sociedade de consumo.

No contexto de todos esses acontecimentos políticos e culturais, o movimento feminista passa a incorporar em sua luta um questionamento das relações de poder não apenas na esfera pública, mas na esfera privada. Por esfera privada, entende-se a vida familiar, o trabalho doméstico relacionado aos cuidados com a casa e com os filhos. Coloca-se em discussão a crença de que os afazeres domésticos são funções essencialmente femininas.

Uma palavra de ordem importante era: **o pessoal é político**. Ou seja, o feminismo insistia que a vida pessoal, as relações, o trabalho doméstico eram questões políticas. Assim, se cobrava uma coerência entre a vida pública e a vida privada e se desmistificava a ideia de que a família é o espaço perfeito, sem relações de opressão.

O pensamento de Simone de Beauvoir, que defendia como requisitos para a conquista da liberdade das mulheres a independência econômica e a luta coletiva, foi forte inspiração nesta segunda onda do feminismo.

Esse foi um período de grandes manifestações das mulheres, com uma participação mais ampla e aberta, em vários países. Embora, as mulheres operárias tivessem tido importante participação na primeira onda do feminismo, aquele foi um período em que os movimentos de mulheres socialistas e trabalhadoras e o feminismo sufragista pouco

Dica de leitura



1968 – O ano que abalou o mundo, de Mark Kurlansky.

Esse livro está disponível para leitura na internet na página: <<http://tinyurl.com/gvg88cx>>.

Você sabia...



que Betty Friedan, fundadora da NOW (sigla em inglês de Organização Nacional das Mulheres), foi uma importante feminista da segunda onda nos Estados Unidos? Seu livro *A mística feminina*, publicado em 1963, problematizou o papel social da mulher como “mãe e esposa zelosa”. A partir de uma série de entrevistas com mulheres que seguiam os preceitos da época, segundo os quais elas deviam ficar restritas ao papel de dona de casa, Friedan desenvolveu a ideia central de seu livro, que denominou “o problema sem nome”. Nessa situação, as mulheres estavam sujeitas à angústia ou depressão, que poderia oscilar e até mesmo se transformar em consumismo. Segundo Friedan, essa frustração se devia ao papel construído para a mulher de viver em função de marido e filhos, em uma sociedade voltada para a exploração do consumo, como a americana.



Betty Friedan, 1960.

interagiam. A segunda onda teve um caráter mais unificado, com grandes mobilizações de mulheres.

Tema importante na pauta dos problemas a serem enfrentados pelas mulheres era a questão da exclusão da esfera pública. Mesmo que as mulheres trabalhadoras e as mulheres negras sempre tenham trabalhado, não havia o reconhecimento do trabalho fora de casa; os espaços de participação política, de vida cultural eram restritos para as mulheres. Essas reivindicações vão sendo abordadas sob diferentes pontos de vista. Por um lado mais individualista e liberal, a entrada no mercado de trabalho, a participação, é defendida sob a ótica da igualdade de oportunidades, de carreiras para as mulheres. Por um lado, mais militante e socialista, é a denúncia da divisão sexual do trabalho, a cobrança de socialização do trabalho doméstico, a resistência às novas formas de exploração.

Para as militantes feministas socialistas, abre-se um amplo debate de renovação do marxismo, das categorias de análise para dar conta da opressão das mulheres. Cada vez mais, torna-se necessária a articulação entre as diversas dimensões da desigualdade e das opressões, cobrando uma compreensão da relação entre classe, gênero e raça.

Para as distintas correntes, a autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade é central: o direito à livre expressão da sexualidade rejeitando a heteronormatividade, a legalização do aborto, o acesso à anticoncepção. E o enfrentamento da violência sexista. O que diferenciava estas correntes era, principalmente: a dimensão social das lutas, isto é, a dinâmica de contraposição à dominação capitalista e a definição de alianças com os demais sujeitos sociais; e as formas de organização e mobilização.

Para uma corrente do feminismo, chamada de radical, por exemplo, a defesa de um movimento de mulheres autônomo era incompatível com a militância em organizações mistas, ou mesmo a participação em instituições consideradas patriarcais (como o Estado, sindicatos, partidos políticos).

Você sabia...



que Maria Celsa é um símbolo da luta das mulheres contra a opressão e violência doméstica? Aos 26 anos ela foi brutalmente agredida por seu marido, tendo tido 85% do corpo queimado.



Passeata do Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Manifestação em nome de Maria Celsa, vítima de violência doméstica, que teve 85% do corpo queimado por seu parceiro. Fotógrafa: Claudia Ferreira.

A segunda onda do feminismo no Brasil

Enquanto os países capitalistas avançados, como Estados Unidos, Inglaterra, França e outros, viviam um momento privilegiado, ainda fruto do contexto econômico e político posterior à Segunda Guerra Mundial e do chamado *welfare state*, nas décadas de 1970 e 1980, no Brasil, o movimento feminista enfrentava a ditadura militar, participava da luta pela redemocratização e da disputa pelas alternativas para o país.

A passagem dos anos 1970 e inícios da década de 1980 no Brasil foi um momento de forte contestação política, de uma vida cultural intensa, de organização de novos movimentos sociais, da luta pela democracia. Foi neste processo que se formou um movimento de mulheres forte, enraizado nas lutas populares, no movimento sindical, com participação de militantes de esquerda que tinham tido contato com o feminismo no exílio. Um capítulo importante desta história foi o crescimento da luta sindical no Brasil, o fortalecimento dos trabalhadores como classe, sua organização sindical e política. Neste contexto, de surgimento do novo sindicalismo, há um crescimento importante da organização das mulheres trabalhadoras que, mobilizadas também pelo feminismo e pelo movimento de mulheres, vão construindo suas pautas e formas de mobilização próprias.

Ainda durante a ditadura, em 1975, por ocasião do Ano Internacional da Mulher, declarado pela ONU, organizaram-se alguns debates sobre a situação das mulheres no Brasil. Mas foi nos anos seguintes, com o aumento das mobilizações contra a ditadura, com o movimento de anistia, o reaparecimento de jornais de esquerda, as mobilizações sindicais e estudantis, que o feminismo ganhou fôlego e passou a disputar a pauta política da sociedade brasileira e dos movimentos de esquerda no país.



Dica de leitura

Sobre o assunto, sugerimos a leitura do livro de Ana Isabel Álvarez Gonzalez, intitulado "As origens e a comemoração do dia Internacional das Mulheres".



Copenhague, 1910. VIII Congresso da Internacional Socialista: na frente da foto estão as ativistas Alexandra Kollontai e Clara Zetkin.

Reflexão

Você sabe quando e por que se iniciou a celebração do Dia Internacional das Mulheres?

O Dia Internacional das Mulheres foi proposto pela militante e dirigente socialista alemã, Clara Zetkin, em 1910, na II Conferência Internacional das Mulheres Socialistas. As militantes norte-americanas já tinham organizado um Dia das Mulheres, em 1909, e propuseram que passasse a ser uma comemoração internacional. Passou a ser comemorado pelas socialistas em vários países sem uma data fixa, até que, na década de 1920, o dia 8 de março oficializou-se como o Dia Internacional das Mulheres para homenagear as operárias russas que realizaram uma greve geral por melhores condições de vida, contra a fome e a participação do país na Primeira Guerra Mundial, junto com grandes mobilizações que celebravam o Dia Internacional das Mulheres na Rússia naquela data. Essas mobilizações resultaram em um processo de lutas que deu início à Revolução Russa de 1917.

Durante décadas, difundiu-se a versão de que essa data estava relacionada a um incêndio em uma tecelagem norte-americana. Mas isso não corresponde à história. Na verdade, a celebração deve-se à mobilização das mulheres, não podendo ser desvinculada da história das lutas socialistas.

Nos países ocidentais, o Dia Internacional das Mulheres foi comemorado até os anos vinte, sendo esquecido por um longo tempo, e retomado pelo movimento feminista da década de 1960 em diante.

Conhecer a história real dos fatos que originaram a celebração do 8 de março é fundamental para ressaltar o protagonismo das mulheres na luta por melhores condições de vida para todas as pessoas e por uma mudança radical da sociedade.

No Brasil e na América Latina, a segunda onda do movimento feminista se desenvolveu no período de luta contra a ditadura. Em vários desses países, o feminismo aglutinou, em particular, militantes de esquerda, de uma esquerda ampla, que buscava vincular a organização das mulheres à mobilização geral contra a ditadura, pela redemocratização. Estas raízes são muito importantes para a formação do feminismo entre nós, que surgiu com forte ligação com os movimentos populares e sindicais, buscando construir um movimento enraizado nas lutas populares.

As mulheres dos setores populares, organizadas nos movimentos contra a carestia, nos grupos vinculados às comunidades eclesiais de base-CEBs, nos movimentos de periferia das grandes cidades, no novo sindicalismo, se envolveram na sua organização como mulheres, em um grande marco político de luta pela redemocratização do Brasil. Estava em jogo o projeto político para o país, as novas formas de organização, o ressurgimento dos partidos políticos.

Mas a unidade da luta contra a ditadura não significou a ausência de conflitos, tanto no movimento de mulheres e nas organizações populares, como nas novas forças partidárias que surgiam (FPA, 2011). A disputa de projetos políticos teve forte influência nos debates feministas: na relação com partidos políticos, nas visões de organização do movimento, na relação com o Estado, na definição das pautas prioritárias para o movimento de mulheres.

Por outro lado, muitos movimentos eram influenciados por setores da Igreja Católica, em particular, que se opunha a vários dos temas centrais trazidos pelo feminismo. Havia dificuldade em aceitar o questionamento dos papéis tradicionais na família, o uso de métodos anticoncepcionais, a defesa de liberdade sexual e a autonomia das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade e, em especial, a questão da legalização do aborto. Assim como a defesa da livre orientação sexual. Até mesmo o debate da igualdade entre mulheres e homens criava tensões, uma vez que questionava valores e a família tradicional.



Fernando Frazão/Agência Brasil

O aborto só é proibido para quem não tem dinheiro. (Carta Capital maio de 2016)

“O pessoal também é político”

Ao trazer para o debate público questões como a sexualidade, o conhecimento do corpo, o questionamento dos padrões familiares, o direito ao aborto, o direito de ter ou não ter filhos, a liberdade de orientação sexual, entre outros temas, o feminismo traz uma nova visão do que deve ser a pauta da política. Questiona também a divisão sexual do

trabalho, a ausência de compreensão da relação entre produção e reprodução, o papel do trabalho doméstico nas relações pessoais e na economia. A isso se soma a denúncia da violência sexista. A militância de esquerda passa a ser desafiada a garantir a coerência entre suas atitudes particulares e o projeto político que defende.

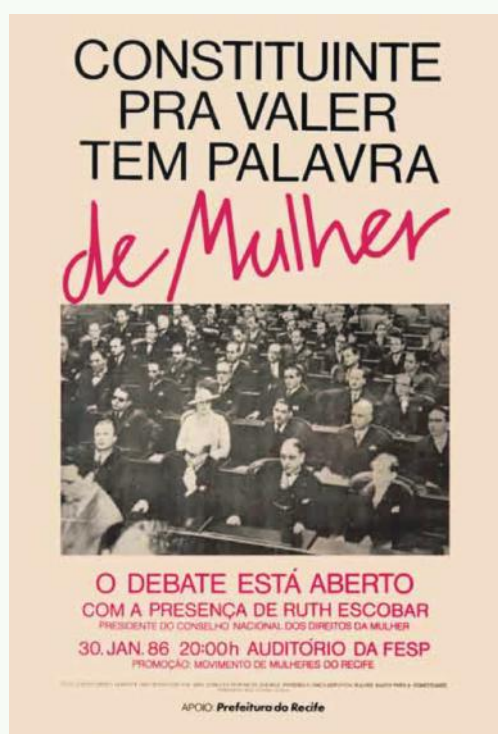
Lembrando os primeiros momentos da Segunda Onda do Feminismo no Brasil, Vera Soares aponta que as comemorações do Dia Internacional das Mulheres “constituíram momentos para a organização de fóruns feministas e dos bairros, articulando protestos públicos contra a discriminação de sexo e uma agenda de reivindicações, consolidando uma coordenação de mulheres e laços de solidariedade”.

Na vinculação com os movimentos populares, o feminismo defendeu fortemente a articulação de uma luta por creches, colocando na prática a responsabilidade pública pelo trabalho doméstico. No mesmo sentido, também aparecia na pauta a demanda por lavanderias coletivas e restaurantes populares.

As polêmicas sobre os temas e as pautas do movimento não existiam apenas dentro dos movimentos mistos e partidos políticos. Mesmo no interior do feminismo, aparecia a discussão sobre as prioridades de luta. Para algumas, a prioridade seria o que se considerava “luta geral”; para outras, o que era considerado como “luta específica”. De certa forma, esta tensão se manteve durante os anos 1980 e 1990, e contribuiu para a definição de campos políticos no feminismo brasileiro. A superação desta dicotomia, a compreensão da relação do feminismo com o projeto de país,

o papel do feminismo na luta anticapitalista marcou a militância das feministas que consideravam inseparável a atuação do movimento de mulheres, das mulheres organizadas como sujeito político, da disputa para mudar os destinos do país. Por isso, a participação em partidos políticos de esquerda, no movimento sindical, em movimentos sociais mistos, e a defesa de que as trabalhadoras e trabalhadores como classe fossem protagonistas da reorganização da sociedade brasileira aglutinou um amplo setor que considerava que essa luta não poderia ser feita deixando de lado a opressão nas relações entre mulheres e homens. E, assim, considerava-se que havia a necessidade de um movimento de mulheres massivo, feminista, enraizado nas lutas sociais, para além da organização de grupos feministas.

Como parte da luta pela redemocratização, a participação no processo Constituinte, as polêmicas sobre a participação no Estado e nos projetos políticos dominantes nos governos marcaram o final da década de 1980 e anos 1990.



Somos muitas, somos várias. O que nos une?

A organização das mulheres se defrontou, durante os anos 1990, com uma forte investida da agenda neoliberal no mundo. A crise dos países do leste europeu, fortalecendo a ideia de que o socialismo estava morto e o capitalismo era a única forma de organização econômica, social e política possível, marcou um período de difícil resistência dos setores mais progressistas. No feminismo, a agenda internacional era ditada por uma multiplicidade de conferências e plataformas dos organismos internacionais que, em grande medida, colocavam os grupos de mulheres em torno da atuação institucional. Demonstrar que o capitalismo incorporou o patriarcado como estruturante das relações sociais era tarefa quase impossível. Afinal, parecia que uma parte das agendas feministas estavam sendo incorporadas na dinâmica capitalista: maior participação das mulheres, abertura de espaços políticos, liberdade individual, multiplicidade de expressões da individualidade, da sexualidade. Vendia-se a ideia de que a equiparação entre mulheres e homens, a equidade, seria possível, pela implantação de políticas públicas, da ampliação do acesso ao mercado de trabalho, por meio dos bens adquiridos no mercado.

Reflexão

Pensando no que é a autonomia das mulheres, nos desafios e decisões que acarreta, leia as palavras da escritora Virgínia Woolf a um grupo de trabalhadoras, em uma palestra proferida em 1931 na National Society for Women's Service:

"Mesmo quando o caminho está aparentemente aberto, quando nada impede que uma mulher seja doutora, advogada, funcionária, ainda existem fantasmas, obstáculos que atravancam seu caminho. Discuti-los, defini-los é de um interesse bastante grande, porque é só assim que o trabalho pode ser repartido, e as dificuldades, resolvidas. Mas é igualmente necessário discutir os objetivos pelos quais conhecemos e enfrentamos esses formidáveis inconvenientes.

Esses objetivos não podem ser aceitos de uma vez por todas; devem ser perpetuamente postos em questão e examinados. A situação de conjunto, tal como a vejo aqui, no meio de mulheres que pela primeira vez na história exercem não sei quantas profissões diferentes, é de uma importância extraordinária.

Vocês ganharam quartos próprios na casa, até aqui propriedade exclusiva dos homens. São agora capazes, com muito trabalho e muito esforço, de pagar um aluguel. Mas essa liberdade é apenas o começo. O quarto é de vocês, mas continua nu. Deve ser mobiliado, decorado, partilhado. Como vocês irão mobiliá-lo, decorá-lo? Com quem vocês irão partilhá-lo e em que bases? Essas questões são, penso eu, extremamente graves. Pela primeira vez na história vocês podem fazê-las; pela primeira vez vocês podem decidir por si mesmas quais são as respostas apropriadas."

Ao mesmo tempo, reivindicações legítimas de reconhecimento da opressão racial, da denúncia da heterossexualidade obrigatória, das demandas da juventude, do rico processo de organização das trabalhadoras rurais, ou dos vários outros grupos de mulheres, pareciam, muitas vezes, se opor à construção de um movimento de mulheres amplo, que fosse capaz de articular as múltiplas inserções e relações sociais em que estão inseridas as mulheres, questionando-se as propostas que se orientam pela construção de um sujeito coletivo. (Faria, 2012)

Resistir ao ideário neoliberal

Os anos 1990, entre nós, dão lugar a uma difusão dispersa do ideário feminista, com uma forte investida dos setores dominantes contra formas de organização mais permanentes de movimentos sociais. O ideário neoliberal pregava o sucesso individual, as possibilidades de progresso como resultado do esforço pessoal e da abertura de oportunidades. Mudanças importantes nas relações sociais e na inserção de uma parcela das mulheres no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que criavam a ilusão de que todas podem ascender, ampliava o fosso entre mulheres ricas ou de setores médios escolarizados e a imensa maioria das mulheres que ganham baixos salários, que estão em posições precárias, sem acesso a essa “igualdade” oferecida por meio do mercado.

Entre os retrocessos do neoliberalismo, está a expansão da mercantilização do corpo e da vida das mulheres, que carrega também a dimensão de raça e de classe (Faria, 2012). A redução de gastos com políticas sociais tem um efeito perverso sobre as mulheres, cuja independência pessoal significou, muitas vezes, assumir sozinhas o cuidado e o sustento da família, diante da desresponsabilização masculina pela paternidade. Esta realidade é ainda mais pesada sobre os ombros das mulheres negras que, além de estarem em piores condições de pobreza, sofrem diretamente com a violência urbana e policial que marca o cotidiano da juventude negra.



Marcha das
Mulheres
Negras.
Novembro
de 2015

Lula Marques

A mercantilização da vida e das relações sociais reatualiza a imposição de padrões de beleza como norma obrigatória, submetida a tecnologias, a procedimentos médicos, à indústria de cosméticos e de beleza, onde tudo é objeto de consumo. A intensificação da mercantilização de todos os aspectos da vida se vinculou, também, ao aumento do tráfico de mulheres e da prostituição, como parte da indústria de lazer e entretenimento. Ao mesmo tempo, revaloriza-se a ideia de feminilidade como padrão do ser mulher.

Do ponto de vista político, o debate se colocava nos marcos da normatização de direitos e políticas públicas, as reivindicações fortemente concentradas na questão da violência sexista e na saúde e direitos reprodutivos, em contraposição às temáticas de mudança mais radical, às questões do mundo do trabalho, e de oposição aos limites do desenvolvimento capitalista.

No final da década, há uma retomada de processos de mobilização contra as políticas neoliberais. As crises econômicas e políticas trazem à tona a inconsistência e as armadilhas da promessa de resolução de todas as necessidades pelo mercado. Surgem movimentos de contestação dos organismos multilaterais que deram o tom da economia ao longo da década. E há uma retomada de organização de movimentos sociais buscando articular a pauta feminista com a luta contra a agenda e o ideário capitalista neoliberal.

Alguns desafios do feminismo atual

Construir processos de mobilização e articulação das mulheres como sujeito social e político e gravar a marca da superação da desigualdade nos processos de luta social é um desafio permanente do feminismo. Mas a compreensão da extensão e da radicalidade desta visão de mudança não é homogênea entre as distintas visões do feminismo. A pergunta de qual é o feminismo que queremos se replica na pergunta de qual sociedade queremos. Não é por acaso, portanto, que os debates no interior do movimento de mulheres são marcados por opções e projetos políticos de sociedade. Se isso não significa que é impossível construir um movimento de mulheres autônomo, massivo, combativo e radical, em torno de uma agenda de defesa da igualdade entre mulheres e homens, voltada a alterar os padrões de opressão e subordinação inscritos nas relações sociais de sexo, com certeza torna necessária a definição de projetos políticos. O dilema que se coloca é: o que este movimento e sua plataforma almejam como igualdade é para todas as mulheres ou, ao contrário, sua pretensão é construir uma escada a que poucas tenham acesso? O fato é que estará em jogo a radicalidade e a coerência da proposta feminista.

A organização do movimento de mulheres e do feminismo, como corrente teórica e prática, marcou as lutas e os processos de mudança social desde meados do século XIX. Afirmou as mulheres como sujeitos políticos e permitiu recuperar partes da história que, ao longo dos séculos, sistematicamente ocultavam a presença e a contribuição das mulheres (Faria, 2012).

A assimilação contraditória dos avanços conquistados pelas mulheres e a retomada de ofensivas conservadoras deixam evidente que as pautas e as lutas das mulheres não são apenas uma agenda específica que vai se agregando à sociedade. A desigualdade das relações sociais de sexo, a divisão sexual do trabalho, os processos de subordi-

nação e opressão estão no coração dos sistemas sociais de dominação. A organização econômica e social do capitalismo inscreve na sua estrutura as desigualdades e discriminações de raça, de classe e de sexo.

O momento atual no Brasil nos mostra o quanto o desmonte de direitos e garantias sociais tem um foco privilegiado nas mulheres. As reformas trabalhista e previdenciária investem na desregulamentação e precarização do trabalho, atingindo os grupos que têm menor poder de barganha na defesa de seus direitos. Ao mesmo tempo, a retomada agressiva de propostas e valores conservadores pretende impor um recuo nas mudanças de padrões sociais e relações que questionam a heterossexualidade obrigatória, a imposição de modelos tradicionais de família e relações pessoais, e defendem o direito das mulheres sobre seu corpo e sua sexualidade.

A articulação entre racismo, sexismo e desigualdade econômica se redesenha em cada momento histórico. Perceber como se manifesta, as armadilhas criadas e o seu processo de reprodução é um desafio permanente do feminismo.

Desde uma perspectiva de um feminismo socialista e militante, a reconstrução permanente das estratégias de luta das mulheres se faz a partir de sua auto-organização e do aprofundamento crítico da compreensão da desigualdade e opressão, fundada na noção de consubstancialidade das relações sociais de sexo (gênero), de raça-etnia e de classe.

A presença e a participação das mulheres nas lutas políticas gerais, sua participação ativa nos movimentos e partidos de esquerda, sua organização nos sindicatos e movimentos populares se combina com a construção de um movimento de mulheres autônomo, feminista, de massas, militante, que disputa a pauta da igualdade no contexto da luta por mudanças sociais amplas.

No período atual, em que há uma força de assimilação de parcela das reivindicações das mulheres por parte da política liberal, torna-se mais desafiadora a construção de um feminismo de esquerda, capaz de denunciar os limites das propostas que se constroem sem enraizamento de classes. A atuação de um feminismo amplo, plural e crítico é parte da tarefa das militantes socialistas e feministas, para forjar um novo mundo sem desigualdades sociais e sem opressões.

Dica de leitura



Para complementar a discussão de alguns dos assuntos abordados ao longo do Caderno, sugerimos os seguintes livros:

♀ *Gênero e Trabalho no Brasil e na França. Perspectivas interseccionais. Organizado por Helena Hirata, Alice Rangel e Maria Rosa Lombardi. São Paulo: Boitempo, 2016.*

♀ *Mulheres, Raça e Classe. De Angela Davis. São Paulo: Boitempo, 2016.*

♀ *Feminismo, Economia e Política. Debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres. Organizado por Renata Moreno. São Paulo: SOF, 2014.*

Reflexão

Inspire-se no texto abaixo para refletir sobre as distintas correntes de pensamento que influenciaram os debates feministas apresentados neste Caderno? Quais conceitos e questionamentos discutidos ao longo do Caderno parecem mais úteis para construir um feminismo crítico, ativo e militante?

“O feminismo coloca algumas práticas sociais em debate. Não se trata apenas de mais um paradigma, mas sim da capacidade de formular questionamentos sobre o sexismo presente em outros paradigmas, trazendo referentes que projetam análises mais abrangentes acerca do conjunto de práticas e relações sociais. Tornar visível é ao mesmo tempo uma estratégia e um objetivo da atuação das mulheres com perspectiva feminista. Celia Amorós (2007) insiste que “fazer ver” é o aspecto constitutivo do feminismo enquanto teoria. Segundo ela, a teoria feminista constitui um paradigma na medida em que organiza um marco interpretativo que determina a visibilidade de fenômenos que não seriam pertinentes, nem significativos, com base em outros paradigmas. Não é por acaso que a chamada segunda onda do movimento feminista impulsionou a produção teórica com essa perspectiva, em diferentes áreas do conhecimento.

Para Nancy Fraser, o conhecimento produzido pela teoria crítica deve ser articulado às atividades dos movimentos sociais que compartilham da mesma crítica e à ação política para a transformação da realidade social. O desenvolvimento de categorias analíticas que explicitem o caráter de dominação das relações estabelecidas é, assim, uma tarefa da teoria crítica que contribui com o desenvolvimento das lutas sociais.

A finalidade de toda teoria é possibilitar uma nova visão, uma nova interpretação da realidade e, portanto, uma nova significação. O feminismo cria categorias interpretativas e nomeia o que frequentemente é tornado invisível. Ao transformar fatos recorrentes do cotidiano em uma categoria, por meio de um conceito que os defina e explique, esses fatos são inseridos no debate público e, assim, a partir do questionamento dessa realidade, também se inserem na esfera política.” (Renata Moreno, 2014)

Recusar a mercantilização da vida, do corpo, dos bens públicos, das relações humanas é desafio permanente do feminismo atual



Violência

Referências bibliográficas e sugestões de leitura

AMORÓS, Celia e MIGUEL, Ana de (Eds.). *Teoría feminista: de la ilustración a la globalización* – De la ilustración al segundo sexo. Madri: Minerva, 2007. 1 v.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro e LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. *Cad. Pesqui.* [online]. 2013, vol.43, n.149, pp.452-477. Disponível: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742013000200005&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0100-1574. <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742013000200005>.

BIAVASCHI, M. Os direitos das trabalhadoras domésticas e as dificuldades de implementação no Brasil: contradições e tensões. *Análise*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2014.

BUTTO, A. et al. Autonomia econômica das mulheres nos territórios da cidadania. In: Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos territórios da cidadania. São Paulo: SOF, 2014.

CAMPOS, M. As crianças não nascem aos sete anos. Disponível em <http://www.fcc.org.br/conteudos/especiais/difusaoideias/pdf/entrevista_as_crianças_nao_nascem_aos_sete_anos.pdf> Acesso em 19.jul.2017.

COELHO, Sônia, ROURE, Sarah. *Desafios para enfrentar a violência transformando as bases da desigualdade*. Disponível em <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/08/Economia-e-poli%CC%81tica-web.pdf>> Acesso em 19.jul.2017.

CUT, Creche: um direito da criança, da família e um dever do Estado. Disponível em <<http://www.cutsp.org.br/acao/creche-um-direito-da-crianca-da-familia-e-um-dever-do-estado-foc5/>> Acesso em 19.jul.2017.

DAVIS, Angela. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, C. Teorias do patriarcado. In: HIRATA, H. et al. (org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

DINIZ, S. Direitos sexuais e reprodutivos. In: VENTURI, Gustavo e GODINHO, Tatau (orgs.) *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ SESC São Paulo, 2013.

FARIA, Nalu. Feminismo e transformação social. In: Perspectivas feministas para a igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF, 2012, p. 6-16.

FOUGEYROLLAS, D. Movimentos feministas. In: HIRATA, H. et al. (org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

FUNDAÇÃO Perseu Abramo (FPA). Feminismo e organização das mulheres petistas. Publicação da Escola Nacional de Formação do PT e da Secretaria Nacional de Mulheres do PT. São Paulo: FPA, 2011.

GODINHO, Tatau. Feminismo, prática política e luta social. In: O feminismo é uma prática social. Reflexões com mulheres jovens do PT. FES, 2008 <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05931.pdf>

GONZALEZ, Ana Isabel. *As origens e a comemoração do dia internacional da mulher*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

HEINEN, Jacqueline. Políticas sociais e familiares. HIRATA, H. et al. (org.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009.

HELOANI, J. A dança da garrafa: assédio moral nas organizações. Disponível em <<http://www.ouvidoria.ufscar.br/arquivos/Heloani%20A%20danca%20da%20garrafa%20assedio%20moral%20-3.pdf>>. Acesso em 19.jul.2017

HELOANI, J. *Gestão e organização no capitalismo globalizado*. São Paulo: Atlas, 2003.

HIRATA, Helena. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 24-41.

HIRATA, H. et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009. p.67-75.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2002. 335p.

HIRATA, H. KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo:UNESP, 2009.

KERGOAT, Danièle. A Relação Social de Sexo. Da reprodução das relações sociais à sua subversão. Pro-posições. Vol. 13, n.1 (37), jan-abr 2002. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643968/11424>

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap* 86, Março 2010, p.93-103.

KREIN, Dari e CASTRO, B. As formas flexíveis de contratação e a divisão sexual do trabalho. *Análise*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2015.

LEONE, E. A situação da mulher no mercado de trabalho. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v.25, n.2, p. 233-249, jul/dez. 2008.

MORENO, Renata (Org.). *Feminismo, economia e política: debates para a construção da igualdade e autonomia das mulheres* / São Paulo: SOF, 2014. www.sof.org.br/wp-content/uploads/.../Economia-e-politica-web.p...

MONTALI, L. Mudanças na família, no mercado de trabalho e arranjos familiares. *Análise*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2014.

MOURA, M., MORENO, Renata. A interdependência das esferas da produção e reprodução na produção de indicadores: reflexões a partir da experiência das mulheres rurais. *Mediações*, Londrina, v. 18 n. 2, p. 28-45, jul./dez. 2013.

NOBRE, Miriam. Economia solidária y economia feminista: elementos para uma agenda. *Papeles de Economía Solidaria*. Bilbao, 2015.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PINTO, C. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SILVEIRA, Maria Lúcia da. Nossa trajetória teórica pelo feminismo. Texto impresso para apresentação no curso. 2014.

TEIXEIRA, Marilane. Formalização e permanência das desigualdades de gênero. *Análise*. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung Brasil, 2014.

VENCO, Selma. Centrais de atendimento: a fábrica do século XIX nos serviços do século XXI. *Rev. bras. saúde ocup.* [online]. 2006, vol.31, n.114 [cited 2017-07-19], pp.07-18. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S030376572006000200002&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0303-7657. <http://dx.doi.org/10.1590/S0303-76572006000200002>.

VINTEUIL, Frédérique. Marxismo e feminismo. In: *Marxismo e Feminismo*. Cadernos Democracia Socialista, Vol. 8. São Paulo: Editora Aparte, 1989.

Vamos à luta!



Roberto Parisotti/CUT





O caderno de formação *Introdução ao feminismo e aos estudos de gênero* foi impresso pela gráfica Impressoart para o Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (CESIT). Composto na fonte Merriweather em corpo 10/15. A tiragem foi de 1.500 exemplares, em papel offset 90g para o miolo e Cartão Supremo 250g para a capa.



